

Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
APRESENTAÇÃO DE CONTAS
2017

Março de 2018.



Índice

Índice.....	2
Mensagem do Provedor	4
Corpos Gerentes 2018/2021	6
Irmandade	7
Relatório de Atividades 2017	8
Áreas / Respostas Sociais/Serviços	10
Apresentação de Dados	12
Considerações Finais	22
Demonstrações Financeiras	23
Demonstração De Resultados Líquidos.....	24
Balanço	25
Demonstração Dos Fluxos De Caixa	27
Demonstração De Resultados Líquidos Das Respostas Sociais	28
Anexo às Demonstrações Financeiras	29
1 Identificação da Entidade.....	30
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	30
3 Principais Políticas Contabilísticas:.....	31
4 Fluxos De Caixa:	34
5 Ativos Fixos Tangíveis:.....	34
6 Investimentos Financeiros	36
7 Inventários	36
8 Rédito	37
9 Acontecimentos Após a Data do Balanço	38
10 Instrumentos Financeiros.....	38
11 Benefícios de empregados	40
12 Outras Informações	40
Parecer do Conselho Fiscal.....	43
Certificação Legal de Contas.....	45

Exmo Senhor

Dr Luís António Costa Lopes Rodrigues

M.I. Presidente da Mesa da Assembleia

Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras

Torres Vedras, Março 2018

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação e aprovação de V. Exa. e restantes irmãos o Relatório e Contas de Gerência relativo ao exercício do ano de 2017, bem como a transferência dos resultados líquidos para a conta de resultados transitados.

Mais do que uma mera apresentação de resultados, realçamos o esforço de nortear a nossa ação de acordo com os objetivos estratégicos previamente definidos. É de ressaltar o empenho de todos os funcionários, órgãos sociais e demais colaboradores em concretizar estes objetivos no dia-a-dia desta instituição.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.



Mensagem do Provedor

A Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras foi fundada por carta de El-Rei D. Manuel I, datada de Évora, de 26 de Julho de 1520.

O Decreto Real que fundou esta Misericórdia confere-lhe direito à utilização e posse da Ermida de Nossa Senhora do Ameal, onde nas suas dependências já se encontrava desde 1310 o Hospital do Rocamador fundado pela Rainha Santa Isabel, mais tarde transformado em albergaria, situado no sopé do monte de São Vicente, fora da vila.

De 1520 até aos dias de hoje esta Instituição com 497 anos, tem vindo a acompanhar a população torreense na sua evolução e suas necessidades.

Hoje, como Instituição Particular de Solidariedade Social, a Santa Casa tem em funcionamento nove respostas sociais, distribuídas por cinco equipamentos, nas áreas:

Infância e Juventude - Resposta Social Creche; Resposta Social Jardim de Infância / Pré-Escolar; Resposta Social Centro de Atividades Tempos Livres (CATL);

Idosos - Resposta Social Centro de Dia; Centro de Dia Alargado (CDA); Resposta Social Estrutura Residencial Para pessoas Idosas (ERPI); Resposta Social de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD); Resposta Social de Residências Geriátricas;

Comunidade e Família - Resposta Social Atendimento e Acompanhamento Social, Programas de Apoio Alimentar Protocolo de Colaboração, no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar, mantém também, no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC); Banco Alimentar Contra a Fome e Loja Social;

Saúde - Clínica Domus Misericordiae Clínica de âmbito privado, vocacionada para a prestação de cuidados diferenciados em diferentes áreas;

Culto e Cultura - Capela Nossa Senhora do Ameal; Igreja da Misericórdia; Museu Manuel Rosado; Atelier de Órgão e Ciclo de Órgão.

A Instituição no presente labora com 124 colaboradores, 20 prestadores de serviço e 38 voluntários, para um total de 1232 clientes.

A Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras é uma Instituição com idade, mas muito jovem e cheia de projetos para o futuro.

Os anos que já vivemos dão-nos a certeza de quem somos.

E nós somos uma mão que se dá ao outro que precisa de auxílio para se amparar na vida, na área social da infância, idosos e carenciados, estamos aqui para dar-nos ao nosso próximo, e o próximo passo que vamos dar é a construção de uma nova Estrutura Residencial para Idosos, sita em Ameal-Ramalhal, cujas obras se iniciaram no início deste mês.

Não temos fim, apenas o início em 26 de Julho de 1520, e a Missão de prestar, desenvolver e criar respostas adequadas às necessidades da população, de acordo com as 14 Obras de Misericórdia e princípios da Doutrina e Moral Cristãs, e a Visão de Ser uma instituição de referência na comunidade através da qualidade, eficácia, inovação, diversidade e sustentabilidade das suas respostas sociais e serviços,

Torres Vedras, 8 de março de 2018

O Provedor



Corpos Gerentes 2018/2021

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente

Luís António Costa Lopes Rodrigues

Vice-Presidente

António Maria Silva Ferreira Nunes

Secretário

Jacinto António Franco Leandro

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

Vasco José Augusto Fernandes

Vice Provedor

José Elias Esteves

Secretário

Carlos Alberto dos Reis

Tesoureiro

Vítor Manuel Monteiro Marques

Vogais Efetivos

João Isidro Rodrigues Martins

Margarida Maria Antunes Ferreira Rosado

António Manuel Carmona Rodrigues Mendes

Vogais Suplentes

Vítor Manuel Domingos Rodrigues

Carlos Alberto Marques

João Francisco Franco Pereira

António José Freire Pires Guerra

CONSELHO FISCAL

Presidente

Paulo Jorge da Silva Inácio Gomes

Vice-Presidente

Vasco Luis Costa Lopes Rodrigues

Secretário

João Manuel Simões Dias Perdigão

Vogais

Celestino Romualdo Duarte Pereira

Fernando José Franco Ramos

Vítor Manuel Brettes Victor



Irmandade

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA

Foi realizada a Assembleia-Geral, em 23 de março, para a "Apreciação e votação do Relatório e Contas de Gerência de 2016, acompanhados dos respectivos Pareceres do Conselho fiscal e do Revisor Oficial de Contas", e a Assembleia-Geral, em 23 de novembro, para a "Apreciação e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o exercício de 2017 e do Parecer do Conselho Fiscal." Todos os documentos foram aprovados, em sede da Assembleia Geral da Irmandade.

ASSEMBLEIA ELEITORAL PARA OS CORPOS GERENTES DE 2018/2021

No dia 22 de dezembro, foi realizada a Assembleia Eleitoral para os Corpos Gerentes do quadriênio 2018/2021. O ato decorreu nas instalações sede/ Salão Nobre da Santa casa da Misericórdia de Torres Vedras.

MOVIMENTO DA IRMANDADE

Com um total de 128 Irmãos em janeiro de 2017, houve o seguinte movimento durante o ano de 2017: 4 admissões, 2 desistências, 6 falecimentos, e 2 nomeações para Irmão Honorário a Título Póstumo, posicionando a Irmandade para um número global atual de 124 em dezembro de 2017.



Relatório de Atividades | 2017

O presente relatório tenta ser a expressão mais real do desempenho desta Santa Casa ao longo do ano 2017, no cumprimento da sua Missão, Visão e Valores, bem como no proposto no seu Plano Estratégico de 2017.

Apresentamos as três verbas resultantes da atividade deste exercício, em comparação ao anterior

	2016	2017
Movimento Geral do Ano	3.091.426,77	3.240.833,71
Ativo Líquido	7.301.915,02	7.013.541,21
Resultados Líquidos	- 14.944,73	52.036,37

Todas as ações implementadas nas diversas áreas de intervenção da Misericórdia de Torres Vedras tiveram como políticas transversais:

- Política de Qualidade,
- Política de Parcerias
- Política de Empreendedorismo e Inovação
- Política de Recursos Humanos;

Consequentemente o desenvolvimento das suas atividades foram fundamentados em eixos estratégicos que resultaram em objetivos a alcançar no decorrer do ano conforme proposto e aprovado no Plano de Atividades e Orçamento 2017.

Eixo Estratégico	Perspetiva	Objetivo Estratégico
Qualidade e Melhoria Contínua Recursos Humanos Sustentabilidade Financeira Estruturas e Equipamentos	Perspetiva dos Utentes/ Clientes	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a melhoria contínua dos padrões da qualidade dos serviços a prestar aos utentes nas diversas respostas sociais no âmbito dos apoios pontuais: alimentação, medicação, económico entre outros. - Manutenção, recuperação e melhoria dos edifícios das respostas sociais e património que visem a rentabilização de espaços, equipamentos.
	Perspetiva dos Processos	<ul style="list-style-type: none"> - Otimizar processos, comunicação, informação e imagem.
	Perspetiva de Aprendizagem, Crescimento e Satisfação	<ul style="list-style-type: none"> - Investir / apostar na formação e qualificação dos recursos humanos. - Reconhecimento e dignificação dos recursos humanos. - Criação de novas respostas sociais
	Perspetiva Financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificar a capacidade de financiamento. - Redução de custos - Rentabilização recursos humanos

Áreas / Respostas Sociais/Serviços

A Santa Casa tem em funcionamento nove respostas sociais, distribuídas por cinco equipamentos, nas áreas da infância e juventude, idosos, comunidade e família e saúde. Mantém também Protocolo de Colaboração, no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar, no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) e Banco Alimentar Contra a Fome.

Área intervenção	Resposta social	Média de utilizadores 2017
Infância e Juventude	Creche	60
	Pré-Escolar	95
	Centro de Atividades tempos livres (CATL)	40
Idosos	Centro Dia Cidade (CD)	49
	Centro Dia Alargado (CDA)	16
	Estrutura Residencial Para pessoas Idosas (ERPI)	60
	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	50
	Residências Geriátricas	30
Comunidade e Família	Atendimento e Acompanhamento Social	145 Agregados Familiares 327 pessoas
	Programas de Apoio Alimentar	434 Pessoas
	Loja Social	95 Pessoas
Saúde	Clinica Domus	229 Clientes Diversos serviços prestados.
Culto e Cultura	Capela Nossa Senhora do Ameal	3.019 Visitantes
	Igreja da Misericórdia	8.445 Visitantes
	Museu Manuel Rosado	100 Visitantes (Abertura ao publico unicamente em dias festivos/comemorações)
	Atelier de Órgão	8 Alunos

No âmbito das necessidades específicas dos utilizadores das respostas sociais, a Santa Casa desenvolve/cria projetos, espaços e instrumentos que respondam adequadamente a essas carências.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Área Intervenção	Projeto	Técnicas de Especialidade	Média de utilizadores 2017
Infância e Juventude	Projeto Mãos Dadas	Terapia da Fala	21
		Psicologia Educacional	14
		Terapia Ocupacional	3
		Psicomotricidade	4
		Musicoterapia	2
		Fisioterapia	1
		Reforço às Aprendizagens Escolares	4
	Sensibilização à Leitura e Escrita	Psicologia Educacional	35
Idosos	Projeto Horta Pedagógica /Ateliê Culinária Saudável	Nutricionista	131
	Coro	Musicoterapia	63
	Projeto SensorialMente	Psicologia Clínica	34
	Fisioterapia Manutenção	Fisioterapia	19



Apresentação de Dados

Os dados apresentados estão estruturados por forma a que seja efetuada uma leitura transversal e relacional entre as áreas de intervenção, objetivos, ações e orçamento previsto para 2017 e o realizado.

Objetivo Estratégico

- Assegurar a melhoria contínua dos padrões da qualidade dos serviços a prestar aos utentes nas diversas respostas sociais no âmbito dos apoios pontuais: alimentação, medicação, económico entre outros.

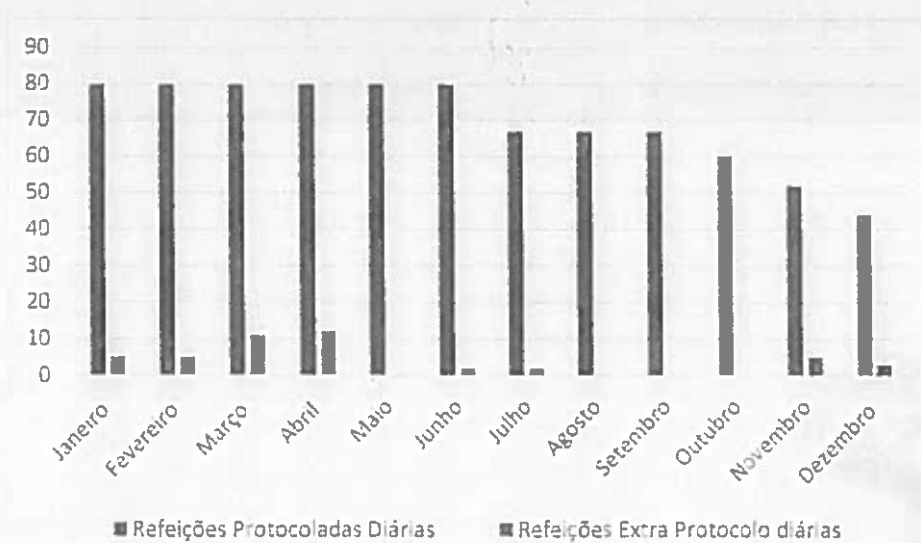
Atividade/Ação

- Continuidade do apoio social prestado, nomeadamente no âmbito Cantina Social, e nas restantes formas de apoio em bens alimentares.

Cantina Social, Banco Alimentar e Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) são respostas que proporcionam o fornecimento de refeições ou distribuição de géneros alimentícios a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar.

No decorrer do ano 2017, a Santa Casa apoiou uma média de 434 Pessoas.

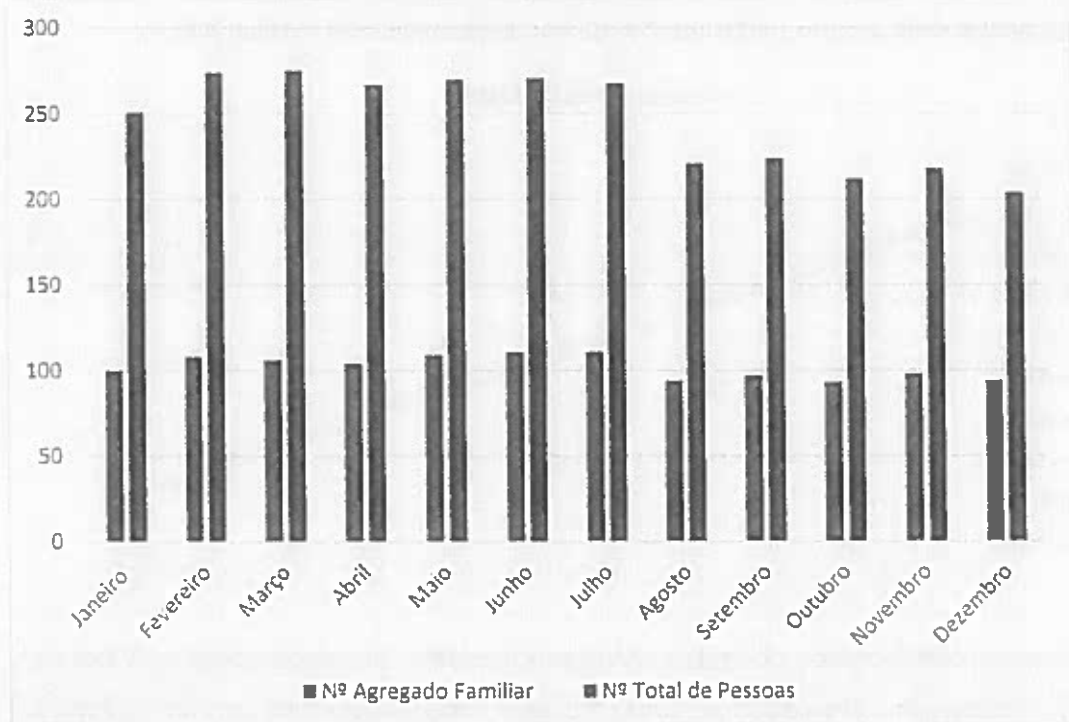
Cantina Social



Resposta com protocolo no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, Rede Solidária de Cantinas Sociais com o ISS, IP, Centro Distrital de Lisboa para confeção e

distribuição de 80 refeições diárias. Conforme observado no gráfico poderemos constatar que existiu uma redução de refeições no mês de julho para 67 e posteriormente uma diminuição gradual de 10% até dezembro, concluindo o ano a distribuir 44 refeições diárias. Esta diminuição resultou por força maior da revisão do protocolo por parte do ISS,IP,CDLX. Apesar desta redução continuou a dar-se apoio extra protocolo no ano 2017 numa média mensal de 111 refeições.

Banco Alimentar Contra a Fome



Podemos constatar no presente gráfico que ao longo do ano existiram algumas variações as quais resultaram da abertura do novo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) por parte do estado.

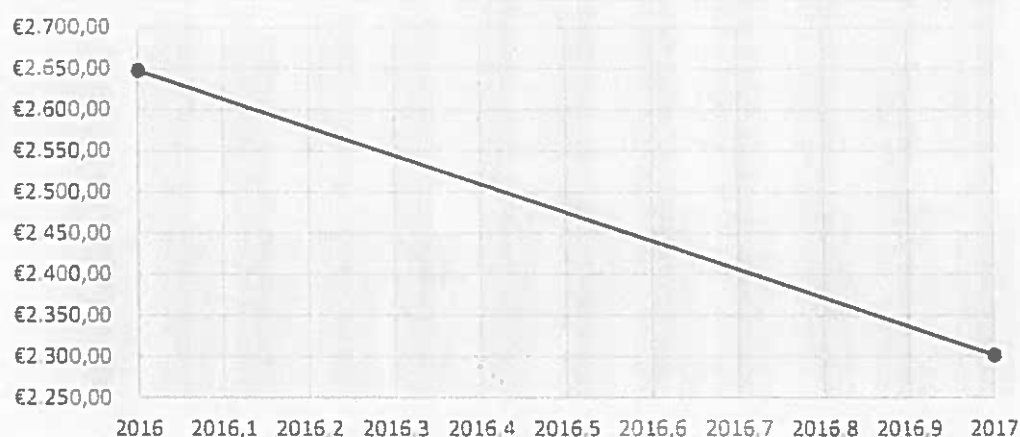


Atividade/Ação

- Aquisição de medicação aos beneficiários da extinta Associação Mutualista 24 de julho de 1884

Na sequência do compromisso de apoio aos sócios da extinta Associação Mutualista 24 de julho de 1884, a qual resultou na integração de 35 associados à época, atualmente são três ativos e dois os que usufruem de apoio na aquisição de medicação.

Apoio Medicação



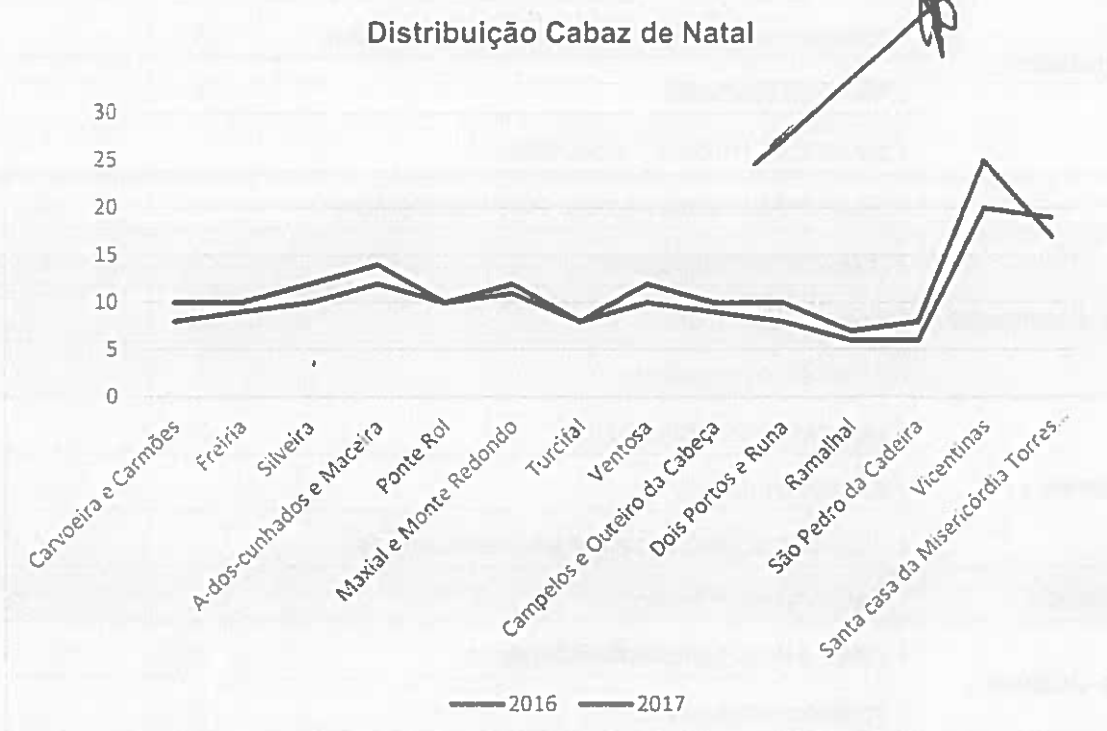
Pelos dados apresentados podemos constatar que existiu um decréscimo no valor do apoio na medicação em relação ao ano transato, constituindo este ano um valor de 2.301.77€.

Atividade/Ação

- Distribuição Cabaz de Natal, aumentando o número de famílias a serem contempladas

Por forma a dar continuidade ao apoio a famílias mais carenciadas do concelho de Torres Vedras, numa época de tão grande significado para os cristãos, e por forma a minimizar as carências alimentares nessa época, foram distribuídos no ano 2017, um total de 123 cabazes pelas famílias residentes nas diversas freguesias do concelho,

bem como 25 cabazes distribuídos pelas Vicentinas e 17 cabazes a famílias apoiadas pontualmente pela Santa Casa.



Podemos constatar pelos dados apresentados que no ano 2017 existiu um aumento na ação de Natal (distribuição de cabazes) em 19 cabazes.

Objetivo Estratégico

- Otimizar processos, comunicação, informação e imagem

Atividade/Ação

- Elaboração de documentos/ manuais de procedimentos transversais a todas as respostas sociais de forma a facilitar a comunicação e informação.

Neste âmbito foram criados e reformulados diversos documentos na maioria dos serviços/respostas desta Santa Casa por forma a agilizar e facilitar a realização das diversas atividades diárias.

Área Intervenção	Tipo de documento	Novo	Reformulado
Irmãdade	Regulamento Eleitoral e respetivos impressos	X	
	Ficha de Proposta de Admissão Irmão		X
	Compromisso de Desempenho de Funções	X	
	Livro de Admissão	X	
	Documento Relatório de Contas		X
	Documento Orçamento e Plano Estratégico		X
Infância e Juventude	Inquérito de Satisfação		X
	Projeto Educativo	X	
	Fichas de Admissão		X
Idosos	Inquérito de Satisfação	X	
	Plano Individual		X
	Comunicação/Informação Utentes/clientes		X
Saúde	Regulamento Interno		X
Culto e Cultura	Fichas de inscrição/Ateliê órgão	X	
	Impresso donativo	X	
Transversais	Manual de férias		X
	Impressos de Comunicação/informação interna		X
	Impressos Pedido de material	X	

Atividade/Ação

- Uniformização da imagem Institucional

Neste âmbito, prosseguiram os esforços para melhorar a comunicação e a divulgação das atividades da instituição, nomeadamente ao nível da presença na *web*. Este esforço centrou-se sobretudo na rede social Facebook ([facebook.com/scmtorresvedras](https://www.facebook.com/scmtorresvedras)), na plataforma de blogs Sapo (scmtorresvedras.blogs.sapo.pt) e no site institucional (scmtorresvedras.pt).

31

Total de gastos da Página a partir de hoje 2682



Total de visitas ao site scmtorresvedras.pt em 2017: 18045

[illegible][illegible]

Total de visitas ao blog scmtorresvedras.sapo.pt em 2017: 7705

7.705	21	12.528	34
Volume	Wayside 21st St. to 22nd St.	Volume 21st St. to 22nd St.	Volume 21st St. to 22nd St.

[illegible]

Objetivo Estratégico

- Investir / apostar na formação e qualificação dos recursos humanos
- Reconhecimento e dignificação dos recursos humanos.

Atividade/Ação

- Promover formação interna e externa

Numa procura constante de melhorar os serviços prestados no ano 2017 foram proporcionadas ações de formação externa em algumas áreas específicas, nomeadamente em Saúde, Nutrição, Gestão e Contabilidade, Candidatura e Programas; Geriatria e Transporte de Pessoas

Atividade/Ação

- Aumento Salarial

Atualmente a Santa Casa é um dos maiores empregadores do Concelho de Torres Vedras, fazendo parte dos seus quadros 124 colaboradores, 20 prestadores de serviço e 38 voluntários nas diversas áreas funcionais (culto religioso, portaria, Serviços Gerais, animação, cozinha, entre outras). Para além do referenciado, esta instituição ainda é centro de estágios de diversas entidades na área da Educação, Serviço Social, Animação, Saúde, Nutrição e Geriatria.

	N.º Ano 2017
N.º total de Colaboradores	124
N.º total de prestadores de serviços	20
Voluntários	38
Estagiários	15

Na perspetiva do reconhecimento e dignificação dos recursos humanos, efetuou-se um aumento salarial a 67 funcionários conforme tabela seguinte:

% de aumento	Valores Vencimento	Valor anual
1.50%	Até 750.00€	12.632,85€
1.25%	Superior a 750.00€	

Faça à atualização governamental do ordenado mínimo para 557.00€, este abrangeu 51 funcionários o que correspondeu a valor anual de 23.811.89€

Para além dos aumentos referenciados, existiram atualização de escalões nas diversas categorias.

Atividade/Ação

- Distribuição de lembranças de Natal

Como já é tradição, na quadra natalícia procedeu-se à distribuição de uma lembrança simbólica natalícia pelos colaboradores, que incluiu: Bacalhau, Azeite e Bolo-rei.

Objetivo Estratégico

- Redução de custos

Atividade/Ação

- Aquisição de bomba de calor de forma a reduzir os custos energéticos no aquecimento da piscina.

Numa procura constante de melhorar os serviços prestados e reduzir os custos no âmbito do fornecimento de energia no ano 2017, foi adquirida uma bomba de calor para a Clinica Domus por forma a reduzir os gastos do aquecimento da piscina no valor de 8,351.70€.



Objetivo Estratégico

- Criação de novas respostas sociais
- Diversificar a capacidade de financiamento Atividade/Ação

Atividade/Ação

- Construção de uma nova Estrutura Residencial para Pessoas Idosas no Ameal – Ramalhal, na sequência da doação de infraestruturas já existentes, da extinta associação “Não à Indiferença”.

Com o objetivo de ampliar a prestação de serviços no âmbito da resposta social de Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI), na sequência da doação de terreno e infraestrutura doadas pela extinta associação “Não à Indiferença”, deu-se início à elaboração de projetos e pedidos de licenças no valor total de 15.834,28€. A saber:

- Licença da Agência Portuguesa do Ambiente
- Licença da Agência para a Energia (ADENE)
- Alterações ao projeto de arquitetura;
- Projeto de medições;
- Projeto de eletricidade;
- Projeto de execução térmica;
- Projeto AVAC;
- Projeto de certificado energético;
- Projeto de segurança contra incêndios;
- Projeto acústico;
- Serviços de engenharia;
- Levantamento topográfico.



Objetivo Estratégico

- Diversificar a capacidade de financiamento Atividade/Ação

Atividade/Ação

- Candidaturas a programas e projetos estatais/comunitários a campanhas de angariação de fundos, mecenato.

Para a realização das diversas atividades realizadas no decorrer do ano 2017, foram efetuadas candidaturas a diversos programas com uma diversidade de projetos das diversas respostas sociais, a saber:

Candidatura	Resposta Social	Projeto	Resultado
Fundo rainha D. Leonor	ERPI	Projeto Ameal	Não aprovado
BPI Sénior	Clinica	Fisioterapia e Hidroterapia na Terceira idade	Não aprovado
BPI Solidário	Idosos	Aquisição Carrinha c/ Plataforma	Não aprovado
Pequena Mudanças IKEA 2017	Infância	Aquisição de Material e remodelação de espaços	Não aprovado
Ordem dos Psicólogos		Selo "escola saudavelmente"	Não aprovado

Ainda neste âmbito e por forma a diversificar ainda mais a capacidade de financiamento, a Santa Casa tem bens imóveis em mercado de arrendamento, por forma a fazer face ao desenvolvimento de diversas atividades.

Bens imóveis	Valor 2017
Hospital	240.000,00€
Escritórios/ Salas	70.366,02€
Habitações	19.963,00€
Terrenos	944,88€

Considerações Finais

Pelo exposto, consideramos que os objetivos estratégicos e as atividades/ações referentes aos mesmos foram alcançados. Para além dos pontos abordados ao longo deste relatório, foram realizadas inúmeras atividades que não poderão ser quantificadas, mas que contribuíram para o desenvolvimento e bom desempenho desta instituição ao longo do ano 2017.

A Santa Casa conduziu a sua atividade de uma forma financeiramente disciplinada, exigente e criteriosa, não descuidando as Políticas de Qualidade, Parcerias, Empreendedorismo e Inovação e Recursos Humanos, que requerem um investimento constante, muitas vezes só recuperado a longo prazo.

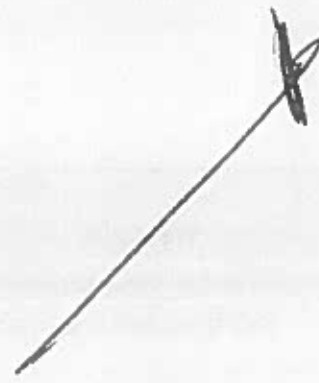
A Mesa Administrativa agradece a todos os elementos dos Corpos Sociais, Funcionários, Voluntários, Mecenass e a todos os que com a sua disponibilidade, dedicação e empenho, contribuíram com a sua solidariedade e voluntarismo para este resultado.

Torres Vedras, 8 de março de 2018.



Relatório elaborado por:
Cristina Pinto, Pedro Gorjão Henriques, Susana Lopes

*Prin
Martin
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]*



Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS

Euros

Rubricas	Notas	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	8	1.546.418,98	1.460.176,60
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1.046.544,68	1.044.655,62
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias com.	7	-417.747,47	-416.482,17
Fornecimentos e serviços externos		-611.721,54	-558.508,66
Gastos com o pessoal	11	-1.821.895,57	-1.773.435,54
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		-7.073,62	-5.034,89
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	8	644.762,43	583.291,98
Outros gastos e perdas		-13.649,11	-18.749,42
Resultado antes depreciações, gastos de financiamento e impostos		365.638,78	315.913,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-312.509,62	-327.618,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		53.129,16	-11.704,79
Juros e rendimentos similares obtidos	8	1.946,66	3.302,57
Juros e gastos similares suportados		-3.039,45	-6.542,51
Resultados antes de impostos		52.036,37	-14.944,73
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		52.036,37	-14.944,73

BALANÇO

Ruros

Rubricas	Notas	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Activo	-		
Activo não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	6.029.960,77	6.308.051,21
Bens do património histórico e cultural	5	70.868,40	67.368,40
Propriedades do Investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros:	6	23.080,63	19.021,69
Fundador/Benem./Patric/Doad/Assoc/Membr		0,00	0,00
		6.123.909,80	6.394.441,30
Activo Corrente			
Inventários	7	16.951,99	20.997,70
Cientes	10.1/10.2	149.826,00	172.268,36
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundador/Benem./Patric/Doad/Assoc/Membr		0,00	0,00
Outras contas a receber	10.1/12.3	150.296,59	91.266,43
Diferimentos	12.2	6.749,17	6.546,83
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	10.3	565.807,66	616.394,40
		889.631,41	907.473,72
Total do Activo		7.013.541,21	7.301.915,02
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais	-		
Fundos	12.4	4.492.247,00	4.492.247,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.4	519.190,84	534.135,57
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.4	1.296.654,86	1.327.214,42
Resultado líquido do período	12.4	52.036,37	-14.944,73
Total do fundo de capital		6.360.129,07	6.338.652,26

Handwritten notes on the left margin:
 - *For rating*
 - *Verificar*
 - *Alimone*

Rúbricas	Notas	31-12-2017	31-12-2016
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	279.926,45
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	279.926,45
Passivo corrente			
Fornecedores	10.1	55.188,60	60.774,20
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estados e outros entes públicos	12.1	40.265,59	42.458,24
Fundador/Benem./Patric/Doad/Assoc/Membr		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	10.4		
Diferimentos	12.2	93.600,00	119.400,00
Outros contas a pagar	10.1/12.3	464.357,95	460.703,87
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		653.412,14	683.336,31
Total do Passivo		653.412,14	963.262,76
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		7.013.541,21	7.301.915,02



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	31-12-2017	31-12-2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais-método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.919.313,36	1.751.470,43
Pagamento de subsídios		0,00	0,00
Pagamento de apoios		0,00	0,00
Pagamento de Bolsas		0,00	0,00
Pagamento a fornecedores		-878.349,10	-923.633,70
Pagamentos ao pessoal	12.7	-1.733.778,64	-1.658.236,51
Caixa gerada pelas operações		-692.814,38	-830.399,78
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		926.624,28	896.123,95
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		233.809,90	65.724,17
Fluxo de caixa das atividades e investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa de atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras Operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-279.926,45	-111.970,60
Juros e gastos similares		-4.470,19	-7.114,80
Dividendos		0,00	0,00
Resdução de Fundos		0,00	0,00
Outras Operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-284.396,64	-119.085,40
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-50.586,74	-63.361,23
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		816.394,40	889.755,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	585.807,66	826.394,40

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS DAS RESPOSTAS SOCIAIS

Rubricas	Gravidade	Cad.	J. Inf.	CB/Gld	GD/Car	A.Dom	Lar	A.Social	Clinica	Resid	A.Gar	Alug	O.Act	TOTAL	%
Rendimentos e Gastos															
Vendas e serviços prestados	82.943,99	40.409,20	144.266,77	66.395,40	42.403,84	79.113,50	505.840,72	0,00	110.736,54	464.762,12	725,60	0,00	8.821,30	1.546.418,98	47,73%
ubsídios, doações e legados à exploração	193.368,52	0,00	242.663,82	62.917,48	19.927,80	182.253,50	243.424,72	37.653,84	0,00	0,00	64.335,00	0,00	0,00	1.046.544,68	32,31%
Variação nos inventários da produção															
Trabalhos para a própria entidade															
usto das mercadorias vendidas e das mat.															
Coms.	-17.562,22	-5.492,57	-43.775,82	-19.642,79	-16.239,39	-32.619,05	-121.276,57	0,00	-22.751,39	-95.082,76	-43.324,91	0,00	0,00	-417.747,47	13,11%
Fornecimentos e serviços externos	-41.962,98	-1.885,76	-86.117,24	-28.714,78	-15.625,41	-71.184,40	-213.217,88	-454,39	-62.303,72	-63.685,09	-7.307,54	-5.784,17	-13.478,18	-611.721,54	19,19%
Gastos com o pessoal	-218.363,35	-25.755,40	-280.929,54	-126.311,41	-60.456,72	-174.355,47	-393.392,67	-36.581,37	-88.535,20	-352.531,70	-64.682,74	0,00	0,00	-1.821.895,57	57,15%
Ajustamentos de inventários															
(perdas/reversões)															
Imparidades de dívidas a receber															
(perdas/reversões)															
Provisões (aumentos/reduções)	20,95	-1.822,00	327,43	-1.140,00	0,00	-1.610,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.850,00	0,00	-7.073,62	0,22%
revisões específicas (aumentos/reduções)															
Outras Imparidades (perdas/reversões)															
Aumentos/reduções de justo valor															
Outros rendimentos e ganhos	13.103,35	1.068,32	23.772,17	25.826,48	23.638,88	17.186,39	40.270,33	581,12	64.587,13	109.725,19	4.100,97	319.702,10	1.200,00	644.762,43	19,90%
Outros gastos e perdas	-94,19	0,00	-175,00	-721,59	-208,85	-501,23	-2.899,02	0,00	-494,19	0,00	-5.572,89	-168,36	-2.813,79	-13.649,11	0,43%
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos	11.454,07	6.521,79	32,59	-21.391,21	-6.559,85	-1.716,76	58.749,63	1.199,20	1.239,17	83.207,76	-51.728,51	310.899,57	-6.270,67	365.638,78	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-6.737,96	-1.414,00	-26.825,61	-8.708,04	-3.003,95	-12.039,50	-78.796,84	0,00	-28.969,00	-74.479,62	0,00	-61.242,96	-10.292,14	-312.509,62	9,80%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.716,11	5.107,79	-26.793,02	-30.098,25	-9.563,80	-13.756,26	-20.047,21	1.199,20	-27.729,83	-11.271,86	-51.728,51	249.658,61	-18.582,81	53.128,16	
Juros e rendimentos similares obtidos															
Juros e gastos similares suportados															
Resultados antes de impostos	4.716,11	5.107,79	-26.793,02	-30.098,25	-9.563,80	-13.756,26	-20.047,21	1.199,20	-28.841,65	-13.399,48	-51.728,51	249.658,61	-14.616,15	52.036,37	
Imposto sobre o rendimento do período															
Resultado líquido do período	4.716,11	5.107,79	-26.793,02	-30.098,25	-9.563,80	-13.756,26	-20.047,21	1.199,20	-28.841,65	-13.399,48	-51.728,51	249.658,61	-14.616,15	52.036,37	

Anexo às Demonstrações Financeiras





1 | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 | **Designação da entidade:** Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras

1.2 | NIPC 501109528

1.3 | **Sede:** Rua Serpa Pinto nº1 – 2560-363 Torres Vedras

1.4 | **Natureza da atividade:** A Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras (SCMTV) é uma Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Administrativa, por despacho de sua Excelência, o Ministro da Saúde e Assistência, de 20 de Fevereiro de 1959, publicado no Diário do Governo nº55, IIIª Série, de 6 de Março de 1959.

1.5 | **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso nº 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC

3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 | Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da SCMTV, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Edifícios e Outras Construções	50 e 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».



IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que as mesmas possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;

Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes e outras dívidas de terceiros encontram-se mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

4 | FLUXOS DE CAIXA:

4.1 | Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	31-12-2017
Caixa e Depósitos Bancários	
Ativos	
Caixa	6.657,24
Depósitos à Ordem	259.100,42
Outros Depósitos Bancários	300.050,00
Total	565.807,66

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMTV.

5 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abates e Transferências	31-12-2017
Bens do Patrimônio Histórico Cultural	67.368,40	3.500,00	0,00	70.868,40
Terrenos e Recursos Naturais	277.096,36	20.000,00	0,00	297.096,36
Edifícios e Outras Construções	10.079.741,67	0,00	12.000,00	10.067.741,67
Equipamento Básico	643.245,31	1.033,20	0,00	644.278,51
Equipamento de Transporte	218.562,27	0,00	0,00	218.562,27
Equipamento Administrativo	649.617,94	8.351,70	0,00	657.969,64
Equipamento Biológico	0	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Tangíveis	96.593,60	0,00	0,00	96.593,60
Investimentos em Curso-Ativos Tangíveis	87.046,66	15.834,28	0,00	102.880,94
Ativo Tangível Bruto	12.119.272,21	48.719,18	12.000,00	12.155.991,39
Depreciações Acumuladas	5.743.852,60	312.509,62	1.200,00	6.055.162,22
Depreciação Acumulada	5.743.852,60	312.509,62	1.200,00	6.055.162,22
Ativo Tangível Líquido	6.375.419,61	-263.790,44	10.800,00	6.100.829,17

6 | INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A quantia escriturada no balanço à data de 31 de dezembro de 2017 tem a seguinte composição:

Investimentos Financeiros	31-12-2016	31-12-2017
Obrigações e Títulos de Participação		
Ações-TVI-Rádio Renascença	14.963,94	14.963,94
OPS-Fundo de Participação CEMG	100,00	0,00
Fundo de Compensação de Trabalho	3.957,75	8.116,69
Total	19.021,69	23.080,63

7 | INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, os inventários da entidade, detalham-se conforme quadro que se segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2017
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	20.997,70	16.951,99
Total	20.997,70	16.951,99

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, detalham-se conforme quadro que se segue:

Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	31-12-2016	31-12-2017
Saldo Inicial	5.603,13	20.997,70
Compras	417.647,67	419.009,13
Regularizações	14.229,07	5.307,37
Saldo Final	20.997,70	16.951,99
Gasto do Período	416.482,17	417.747,47

8 | RÉDITO

Quantia de cada categoria **significativa** de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2017	Varição
Prestações de Serviços			
Mensalidades	1.388.263,65	1.456.839,96	68.576,31
Extras Mensalidade	70.201,95	85.609,02	15.407,07
Comparticipações Seg. Social	1.041.655,62	1.044.294,68	2.639,06
Rendas	302.619,72	331.273,90	28.654,18
Outros Rendimentos			
Refeições Funcionários	66.892,80	67.779,99	887,19
Direitos Entrada-Domus	25.800,00	25.800,00	0,0
Doações	11.755,53	6.434,08	-5.321,45
Subsídio p/ Investimento	24.125,48	24.125,48	0,0
Juros			
Depósitos Bancários	3.302,57	1.946,66	-1.355,91
Total	2.934.617,32	3.044.103,77	109.486,45

9 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 8 de março de 2018.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

10 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

10.1 | Fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a rubrica de fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2017
Ativo		
Clientes	172.268,36	149.826,00
Outras Contas a Receber	91.266,43	150.296,59
Total	263.534,79	300.122,59
Passivo		
Fornecedores	60.774,20	55.188,60
Outras Contas a Pagar	460.703,87	464.357,95
Total	521.478,07	519.546,55

10.2 | Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida.

Imparidades	31-12-2016	31-12-2017
Clientes	32.280,93	36.504,55
Inquilinos	17.481,19	20.331,19
Total	49.762,12	56.835,74

10.3 | Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2017
Caixa e Depósitos Bancários		
Ativos		
Caixa	9.561,21	6.657,24
Depósitos á Ordem	306.783,19	259.100,42
Outros Depósitos Bancários	300.050,00	300.050,00
Total	616.394,40	565.807,66

10.4 | Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

Instituição Bancária	31-12-2016	31-12-2017
Novo Banco	279.926,45	0,00
Total	279.926,45	0,00

11 | Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal	31-12-2016	31-12-2017
Remunerações do Pessoal	1.345.172,39	1.379.946,69
Encargos s/ Remunerações	296.624,36	310.364,33
Outros Custos c/ Pessoal	131.638,79	131.584,55
Total	1.773.435,54	1.821.895,57

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação e seguro de acidentes de trabalho.

12 | OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1 | Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2016	31-12-2017
Imposto s/ Rendimento	9.708,73	8.885,84
Contribuições p/ Seg. Social	32.749,51	31.379,75
Total	42.458,24	40.265,59

12.2 | Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2016	31-12-2017
Ativo		
Gastos a Reconhecer		
Seguros	6.546,83	6.749,17
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer		
Direitos de Entrada- Domus	119.400,00	93.600,00
Total	112.853,17	86.850,83

12.3 | Acréscimos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a rubrica de «Devedores por acréscimos de rendimentos e Credores por acréscimos de gastos» apresentava a seguinte decomposição:

Acréscimos	31-12-2016	31-12-2017
Ativo		
Devedores p/ acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	1.092,00	1.188,00
Outras receitas diferidas (Segurança Social)		
Vagas extra acordo (Iar)	1.764,76	1.206,38
Comparticipação adicional	1.999,60	7.107,99
Cantina Social	6.200,00	7.310,00
Compensação Educação Pré-Escolar	37.040,52	45.306,48
Outras receitas diferidas (Donativos)	16.003,75	0,00
Outras receitas diferidas (Reembolso iva)	18.385,32	17.605,61
Total	82.485,95	79.724,46
Passivo		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	228.405,94	222.214,67
Juros a liquidar	1.430,74	0,00
Outros despesas diferidas		
Creche	507,16	0,00
Total	230.343,84	222.214,67

12.4 | Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos Patrimoniais	31-12-2016	31-12-2017
Fundos	4.492.247,00	4.492.247,00
Reservas		
Resultados Transitados	534.135,57	519.190,84
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.327.214,42	1.296.654,86
Resultado Líquido do Período	-14.944,73	52.207,71
Total	6.338.652,26	6.360.300,41

12.5 | Respostas Sociais

Para a atribuição de resultados às respostas sociais, o procedimento foi de igual modo aos anos anteriores.

Todos os custos e proveitos diretos, nomeadamente receitas de mensalidades dos utentes e comparticipações do Instituto da Segurança Social (I.S.S.), foram contabilizados diretamente em cada uma das respostas sociais a que correspondem.

Nos custos indiretos, comuns á resposta social do mesmo estabelecimento, foi utilizado um coeficiente proporcional às receitas de mensalidades dos utentes e a comparticipação do I.S.S.

12.6 | Revisor Oficial de Contas

Durante o ano de 2017 as contas foram fiscalizadas pela sociedade “Diz & Associados –SROC,Lda.

Torres Vedras, 8 de Março de 2018

TQC Nº62764

Paula Videira

A Mesa Administrativa

Parecer do Conselho Fiscal



CONCLUSÃO



Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras

Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano 2017 apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.

Prezados Irmãos:

Dando satisfação ao preceituado na alínea c) do número 1 do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, vem o Conselho Fiscal desta Instituição submeter a vossa apreciação o seu parecer emitido em 16 de março de 2018 em reunião para o efeito realizado e a que se refere a ata nº 1/2018 desta mesma data, sobre o Relatório de Atividades e Contas do Exercício apresentados pela Mesa Administrativa relativo à gerência do ano 2017.

O conselho fiscal começou por apreciar o Relatório de Atividades constatando e confirmando que este documento descreve com rigor e minúcia toda a atividade desenvolvida neste período, verificando-se ser ele concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Quanto as contas do exercício, foram analisados os seguintes documentos: - Demonstração de Resultados Líquidos, Balanço, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração de Resultados Líquidos das Respostas Sociais (Valências).

Foram também apreciados outros mapas e gráficos de gestão económica e financeira, muito importantes no acompanhamento da evolução da atividade e procedeu-se a análise comparativa da conta do exercício com as previsões constantes no orçamento aprovado, com particular atenção na conta de exploração e especial incidência dos desvios verificados e suas razões, assim como se comparou ainda a evolução da atividade do ano 2017 com a dos três anos anteriores.

Constata-se que a Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras goza de situação económica e financeira estável e que o fundo de Capitais é bastante confortável e isso é visível na Autonomia Financeira de (90,7%) e no nível de Solvabilidade de (9,7).

Confirmou-se que no exercício de 2017, o rendimento total atingiu o valor de 3.240.833,71€, que o Ativo Líquido o valor de 7.013.541,21€ e que o total dos Fundos Patrimoniais totalizaram 6.360.129,07€, incluindo o resultado líquido do exercício positivo de 52.036,37€.

Por ultimo, apreciamos o Relatório Anual do Revisor Oficial e a respetiva Certificação Legal de Contas emitidos pela empresa Diz & Associados – SROC, Lda – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O conselho fiscal concluiu assim pela justeza de toda a atividade administrativa, económica e financeira desenvolvida pela Mesa Administrativa, encontrando-se tudo na melhor ordem e exatidão, entendendo ser seu dever realçar e expressar o facto.

1 – Sejam aprovadas o Relatório (com todas as suas propostas, incluído a da aplicação de resultados) e as Contas do exercício de 2017, apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.

Torres Vedras, 16 de março de 2018

Paulo Jorge de L'ima Enríque Gómez

Beltramo Ronald Bruce Lee

Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TORRES VEDRAS (SCM Torres Vedras)**, que compreendem o balanço em 31/12/2017 (que evidencia um total de 7.013.541 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.360.129 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 52.036 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato

Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 08 de Março de 2018

DIZ & ASSOCIADOS, SROC

Representada por:

José Joaquim Afonso Diz

